

Finanças & Controle

UNACON Sindical

Informativo da Carreira de Finanças e Controle



DEN cobra reposição de pessoal, processo de remoção e *Home Office*

Ações Judiciais

Sindicato ingressa com sete novas ações, em janeiro

União das Carreiras

UCE define o cronograma de mobilização

PLS 74/2010

Marques defende democratização do acesso ao serviço público, na Câmara

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques
Presidente

Márcia Uchôa
Vice-Presidente

Daniel Lara
Secretário Executivo

Filipe Leão
Diretor de Finanças

Roberto Kodama
Diretor de Assuntos Jurídicos

Júlio Possas
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Laura Márcia de Souza Lima Safi - Jonil
Rodrigues Loureiro - José Alves Neto

Conselho de Ética Nacional

Franklin Brasil Santos - José Francisco de Lima
- Malta Teixeira de Araújo Carneiro

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Corinto Silveira Santos - Patrícia Gebrim -
Arivaldo Pereira Sampaio - Emerson Brandão
dos Santos - Frederico Carlos Janz - Godofredo
da Silva Neto - Dalvina Macedo de Oliveira -
José Marcos dos Santos - Manoel Messias de
Jesus - Cesário de Souza Gonzalez

Delegados Sindicais nos Estados

Adalto Erdmann de Almeida -PR, Alex Gomes
da Silva - AM, Antonio Jose da Silva - RN,
Antonio Roberto da Silva - SC, Arlette Anna
Martins - RJ, Ícaro Fernandes -MT, Gilberto
Ricardi - MS, Carlos Augusto de Sousa Maia -
MG, Carlos Renato Correa Leite - RS, Estevam
Henrique Silveira Barbosa - PA, Edilson
Rodrigues Vidal - AC, Ery Mendes da Silva - BA,
Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, João
Augusto Calzado Gomes - RO, Lino de Oliveira
Gonçalves - CE, Rivadavia José Soares - PE,
Sandro Menezes da Silva - SE, Sergio Takayuki
Takibayashi - SP, Jaci Fernandes Sobrinho - GO,
Rogério Honorato Torres - PB, Stanley Sá de
Carvalho - MA, Vilma Rocha da Silveira - TO,
Wander Francisco C. de Freitas - ES, Marcos
Antônio Ferreira Calixto - AL

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Estagiária: Juliana Martins
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos: Nayara Young, Aurélio Pereira e Juliana
Martins
Tiragem: 6 mil
Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF
CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br

Sumário



4

CGU em foco

DEN divulga nota de desagravo sobre auditoria na Saúde



5

STN em foco

Sindicato cobra aproveitamento de vacâncias no segundo Curso de Formação



6

Ações Judiciais

Sindicato ingressa com sete novas ações judiciais, em janeiro



8

Concurso de contos

Sindicato disponibiliza FAQ para participantes



10

Ponto Eletrônico

"Não adianta burocratizar e desmotivar o servidor", diz Mendonça



12

Reunião SE/CGU

DEN cobra reposição de pessoal, processo de remoção e Home Office



13

Ministério do Trabalho

Até abril todos os pedidos de registro sindical serão analisados



14

Fonacate

Marques defende democratização do acesso ao serviço público, na Câmara



15

União das Carrreiras

UCE define o cronograma de mobilização



16

Concurso AFC/CGU/2012

CGU convoca 52 aprovados no último concurso



17

Reunião da Diretoria

DEN dá início à preparação dos trabalhos de 2014



18

Dívida Pública

Plenário rejeita pedido de Mantega; PLC 99/2013 volta para as comissões



19

Notas

Central telefônica

O atendimento telefônico do Unacon Sindical está sendo realizado por meio de Unidade de Resposta Audível (URA). Quem ligou para o Sindicato nos últimos meses percebeu a mudança. A adoção do sistema tem como objetivo facilitar a comunicação de quem liga para o Sindicato. Ao selecionar uma das cinco opções de serviço apresentadas pela mensagem eletrônica, o filiado será automaticamente transferido para o setor responsável. Confira as opções disponíveis na imagem ao lado.

Fale conosco **(61) 2107-5000**

Setor	Opção	Ramal
Filiação e atualização de cadastros	1	48
Convênio e curso de idiomas	2	38
Ações coletivas Torreão Braz	3	18; 38
Núcleo Jurídico e Ações individuais	4	25; 26
Comunicação	5	29; 33



Sindicalismo: uma batalha permanente

Sob diversos aspectos, a luta sindical no setor público é decisiva ao fortalecimento da democracia, à prestação de serviços públicos de qualidade e à garantia de um padrão de vida digno aos servidores ativos, inativos e seus pensionistas.

Começando pelo último item, é sabido que não existe política salarial no serviço público, muito menos a definição de data base para reajustes, inobstante o disposto no inc. X do art. 37 da Constituição Federal. Como também não há regras de negociação salarial, ano após ano os servidores precisam se mobilizar - em operações-padrão ou paralisações - apenas para dar início ao diálogo com o governo. E isso se repete em todos os entes da federação.

Em nível federal, somente no período da presidente Dilma, a inflação acumulada, com base no IPCA, chegará a 26,45%. Descontadas as parcelas de 5% de 2013 e 2014, chega-se a uma perda real superior aos 15%. Congelamento de diárias e indenizações, cobrança previdenciária de inativos e aprovação da previdência complementar são a prova da necessidade de articulação e luta constantes.

No tocante à qualidade dos serviços públicos, os problemas não são menores, a começar pela falta de investimentos e carência de pessoal em diversos órgãos. Um problema maior, no entanto, afeta particularmente o país, que é a quantidade de cargos de indicação política. Somente com funcionários requisitados, a União desembolsou, em 2013, mais de R\$ 600 milhões, quando deveria estar qualificando e valorizando servidores efetivos das respectivas carreiras.

Por fim, sindicatos são essenciais ao processo democrático, seja como instâncias mediadoras dos conflitos entre os trabalhadores e o Estado, seja na cobrança permanente de justiça social. Mais ainda, na vigilância da observância aos princípios que devem nortear a administração pública, pois, não raro, governantes promovem ingerências políticas em assuntos técnicos. E as atividades de Analistas e Técnicos de Finanças e Controle estão entre as mais visadas pelo governo, quer em relação a transferências de recursos financeiros, quer na fiscalização do uso do dinheiro público.

Logo, filiação sindical e atuação política são fundamentais. Junte-se a nós, participe!

Rudinei Marques,
presidente do Unacon Sindical



Congelamento de diárias e indenizações, cobrança previdenciária de inativos e aprovação da previdência complementar são a prova da necessidade de articulação e luta constantes



FOLHA DE S. PAULO

16 de janeiro

Rudinei Marques, presidente do Sindicato fala que a CGU amenizou irregularidades no ministério da saúde

RÁDIO CBN

25 de janeiro

Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato, fala sobre impacto do contingenciamento orçamentário na Controladoria-Geral da União (CGU). O Jornal de Brasília também repercutiu o assunto

TV e RÁDIO CÂMARA

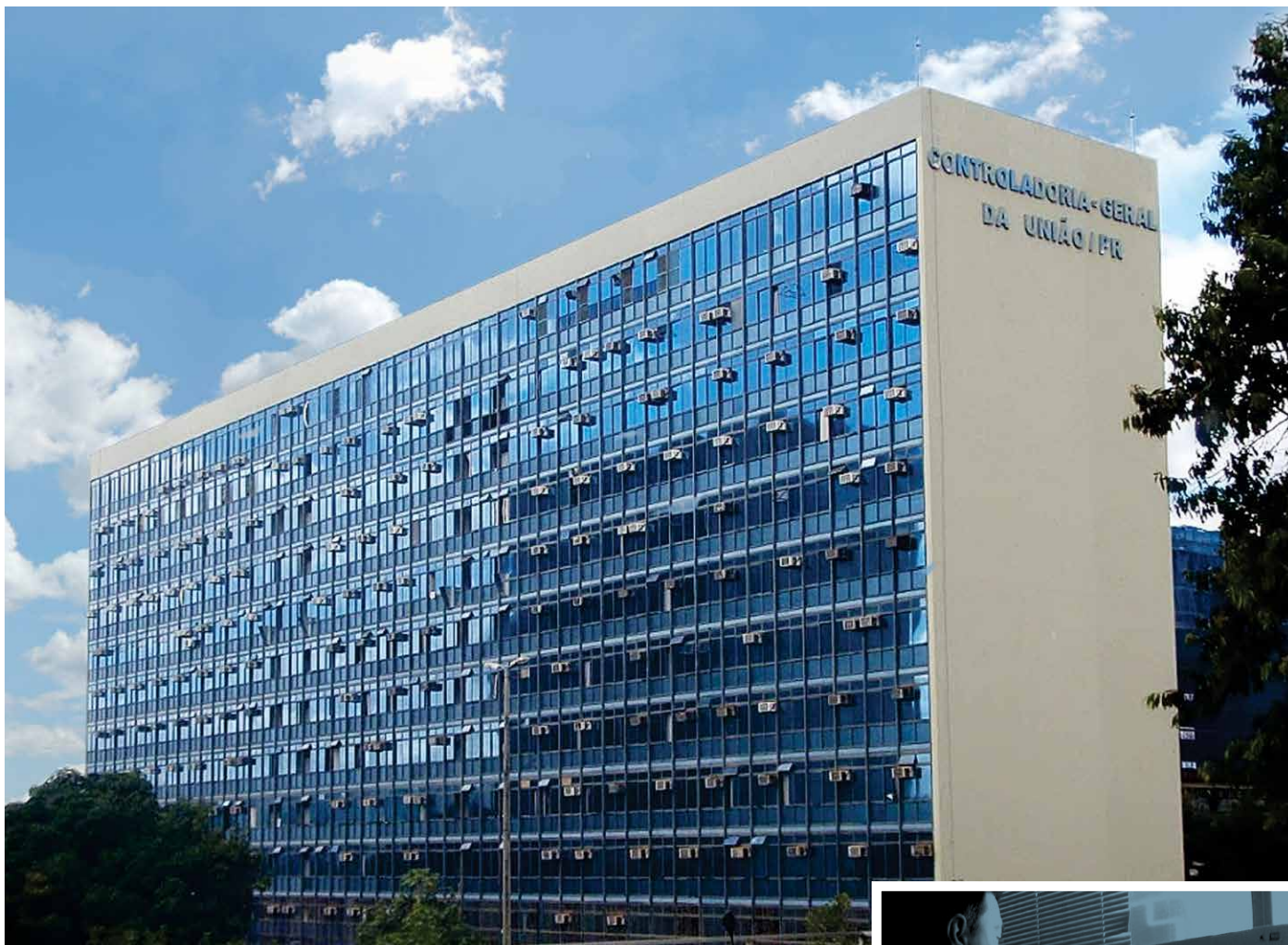
21 de fevereiro

Marques falou sobre a Lei Geral do Concurso Público para os veículos oficiais da Câmara dos Deputados após audiência pública para tratar do tema, no dia 20 de fevereiro

BOM DIA BRASIL

25 de fevereiro

Jornal destacou o impacto do contingenciamento orçamentário nos concursos públicos. Miriam Belchior, ministra do Planejamento, admitiu a possibilidade de atraso



DEN divulga **nota de desagravo** sobre auditoria na Saúde

Órgão declara que o resultado “regular com ressalvas” da auditoria nas contas do ministério da Saúde foi proposto pela equipe técnica. Sindicato repudia comunicado e defende trabalho da equipe que indicou “irregularidade”

O resultado final da auditoria nas contas anuais do Ministério da Saúde, referentes ao exercício de 2012, gerou polêmica. De acordo com a nota de esclarecimento publicada no dia 15 de janeiro pela assessoria de imprensa da Controladoria-Geral da União (CGU), o relatório entregue pela equipe técnica atestou “regular com ressalvas”. Por meio de nota de desagravo, o Unacon Sindical repudiou o comunicado e defendeu a versão dos servidores que afirmam ter apresen-

tado “irregularidade das contas”, como resultado final.

A nota do Sindicato repercutiu na imprensa. Ao jornal Folha de S.Paulo, Rudinei Marques, presidente do Sindicato, diz que a CGU amenizou as irregularidades no Ministério da Saúde. “Os servidores que foram a campo ficaram frustrados quando viram que o resultado final foi atenuado por uma decisão de cúpula, que é quem tem, de fato, competência legal”, declarou ao veículo. Leia mais em: <http://migre.me/i5f70>. ●



CONTEXTO

No dia 31 de março de 2013, o Sindicato reivindicou mecanismo para registro de eventuais “opiniões divergentes dos servidores”. A sugestão foi encaminhada a Jorge Hage, ministro da CGU, por meio do Ofício nº 009. De acordo com os dirigentes, a pressão pelo aprimoramento dos sistemas internos do órgão tem como objetivo dar mais transparência às ações de controle interno.



Acesse a íntegra da
nota no link:
<http://migre.me/i5f18>



Sindicato cobra **aproveitamento de vacâncias** no segundo Curso de Formação do Tesouro Nacional

Comissão de Aprovados no concurso para AFC/STN/2013 divulga lista com 22 desistências. DEN quer compensar as vacâncias no segundo grupo do curso de formação

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical busca aumentar o número de convocados para a segunda turma do curso de formação do concurso para Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (AFC/STN/2013). A iniciativa foi motivada por lista divulgada pela Comissão de Aprovados que apurou 22 desistências, dos 160 aprovados que concluíram o primeiro grupo do curso de formação, realizado entre os dias 24 de outubro e 14 de dezembro. Com a medida, deverão ser convocados para a segunda turma um total de 117 aprovados, considerando as 255 vagas do certame.

A preocupação é com o tempo hábil para realizar o ajuste. "Já tivemos que submeter igual recurso para a CGU (Controladoria-Geral da União) e tivemos êxito, mas neste caso em especial, temos dois limitadores: o prazo para início do segundo grupo

do curso de formação e as eleições presidenciais", destaca Rudinei Marques, presidente do Sindicato. Em ano eleitoral, a Lei 9.504/97 restringe a nomeação, a contratação ou a admissão do servidor público no período de 90 dias que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.

No entanto, o presidente avalia o primeiro limitador como o mais crítico. "A preocupação da entidade, compartilhada pelos aprovados aptos à convocação, diz respeito à provável nomeação do primeiro grupo, e o prazo legal de até 30 dias para a posse no cargo. Para conseguir compensar a vacância, será necessário procurar os candidatos que optaram por não tomar posse, a fim de que formalizem a desistência", esclarece.

"Segundo a cúpula da STN, tal medida será adotada e, assim, os prazos estão mantidos, com previsão de inscrição no segundo curso de formação entre os dias 10 e 19 de março", conclui.

Gabriela Queiroz, integrante da Comissão de Aprovados, esclarece que vários candidatos que realizaram o primeiro curso de formação foram aprovados em outros concursos. "Já temos um levantamento preliminar de candidatos que não tomarão posse, o que abrirá vagas para os próximos candidatos, na lista de classificação", informa. ●





Sindicato ingressa com sete **novas ações, em janeiro**

Medida tem como objetivo resguardar os direitos dos filiados. Somente em 2013, aproximadamente R\$ 20 milhões foram pagos em precatórios e RPV's

Novas ações. Esta é uma das razões pela qual as atividades do Unacon Sindical tiveram início mais cedo, neste ano. Ainda em janeiro, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) ingressou com sete novas ações judiciais. A medida tem como objetivo resguardar os direitos dos filiados.

“O Poder Executivo, com frequência, esquiva-se do cumprimento da legislação e deixa de conceder benefícios devidos aos servidores”, explica Roberto Kodama, diretor de assuntos jurídicos do Sindicato. Somente em 2013, os filiados receberam aproximadamente R\$ 20 milhões em precatórios e requisições de pequeno valor (RPV's). ●



ACOMPANHE

Para segurança dos filiados, toda informação relativa ao andamento das ações é feita diretamente com o núcleo jurídico da entidade.

Francisca (2107-5018) e Jefer (2107-5038) respondem pelo setor. Também é possível entrar em contato por email nucleojuridico@unacon.org.br.

CONHEÇA AS AÇÕES

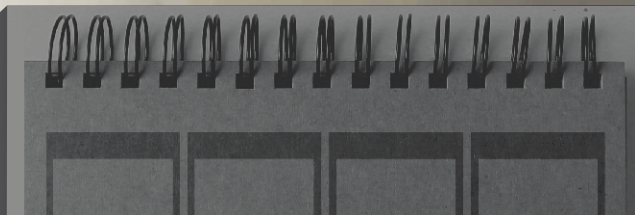
DESVIO DE FUNÇÃO (AÇÃO INDIVIDUAL)

Referente ao Técnico de Finanças e Controle (TFC), pelo exercício de atribuições de Analista de Finanças e Controle (AFC) nos últimos 5 anos. Os interessados devem procurar imediatamente o departamento jurídico para obter as informações necessárias;



PROGRESSÃO FUNCIONAL

Garantia de progressão, no intervalo de 12 meses para todos os servidores, independente da data de ingresso na carreira;



ABONO PERMANÊNCIA

Concessão do direito para servidores que se enquadram nas regras da Emenda Constitucional 47/2005;



MANUTENÇÃO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Garantia de manutenção do regime previdenciário do servidor, egresso de outro ente federativo, que assuma cargo público federal após a instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp);



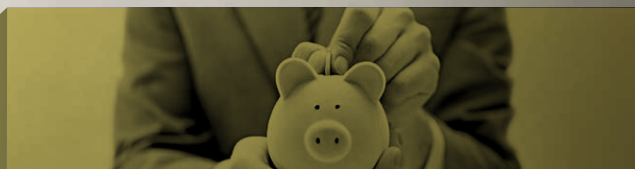
REAJUSTE DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Garantia de correção para aposentadorias e pensões concedidas com base na Emenda Constitucional 41/2003 ou em outra regra de transição;



APOSENTADORIA ESPECIAL SERVIDOR PÚBLICO

Mandado de Injunção para garantir aposentadoria especial para servidores públicos federais;



PARIDADE PARA PENSIONISTAS

Garantia para aqueles que se enquadram nas regras da Emenda Constitucional 47/2005.



Sindicato disponibiliza FAQ para participantes

Seleção de perguntas tem como objetivo esclarecer as principais dúvidas relativas ao regulamento do concurso e facilitar o acesso às informações

O Unacon Sindical fez uma seleção das perguntas mais comuns (FAQ) para esclarecer as dúvidas relativas ao Concurso Nacional de Contos promovido pelo Sindicato. As questões têm como objetivo facilitar o acesso às principais informações sobre inscrição, envio e formatação da obra. ●

PRORROGADO
Entrega até
30/04

COMO PARTICIPAR



Analistas e Técnicos de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) têm até o dia 30 de abril de 2014 para compartilhar as experiências vividas no ambiente de trabalho. As histórias podem ser enviados por email (concursodecontos@unacon.org.br), carta ou pessoalmente, na sede nacional do Sindicato. Serão aceitos apenas contos inéditos baseados em fatos reais. A Diretoria Executiva Nacional (DEN) irá contratar uma Comissão Julgadora para selecionar os cinco melhores trabalhos. Cheques nos valores de R\$ 5 mil, R\$ 3 mil, R\$ 1 mil, R\$ 500 reais, E-reader e vale-presentes na Livraria Cultura estão entre as premiações. Mais informações no telefone 2107-5000. Código de área 61.

FAQ Perguntas frequentes

Quem pode participar do concurso?

Profissionais da Carreira de Finanças e Controle filiados a este Sindicato.

Quantos contos posso enviar?

Cada filiado(a) pode inscrever apenas um conto.

Posso enviar pelo correio?

Sim. Os contos podem ser enviados via correio para o endereço: CLN 110, Bloco C, Loja 69/79, Brasília- DF, CEP: 70753-530. Ou se preferir, o filiado(a) pode entregar pessoalmente no endereço citado acima, de segunda a sexta-feira (exceto nos feriados), das 9h às 18h.

Até quando posso enviar meu conto?

A data de entrega dos contos foi prorrogada até o dia 30 de abril. Aos que optarem por enviar via correio, prevalecerá para validade de inscrição, a data do carimbo da postagem.

Quem vai avaliar os contos?

Uma Comissão Julgadora composta por três profissionais, a serem contratados pelo Unacon Sindical.

Onde será divulgado o resultado?

A divulgação dos trabalhos escolhidos será feita na página oficial do Sindicato.

Onde serão publicados os contos?

Os melhores trabalhos serão publicados em livro a ser editado pela entidade.

Serão aceitos trabalhos manuscritos?

Não. Os trabalhos deverão ser digitados ou datilografados.

Posso encaminhar um conto que já foi publicado?

Não. Serão aceitas apenas obras inéditas.

Há um número máximo e/ou mínimo de caracteres/páginas de cada conto?

Os trabalhos não deverão exceder a 4 (quatro) páginas.

Quanto à formatação há alguma exigência?

Sim. Os textos deverão ser redigidos com fonte Arial tamanho 12, conter espaçamento duplo entre linhas, margens de 3 cm em cima e à esquerda e de 2 cm embaixo e à direita.

Onde e como deve ser feita a identificação do autor e da obra?

Todos os trabalhos, inclusive os enviados por e-mail, deverão conter duas páginas para identificação, com as seguintes informações:

1ª folha: Título da obra.

2ª folha: Dados pessoais e da obra, conforme itens a seguir:

- a) Título da obra;
- b) Pseudônimo (facultativo, caso o autor não queira que seu nome verdadeiro apareça na publicação final);
- c) Nome verdadeiro do autor, cargo ou função/atividade e o nº de matrícula (SIAPE);
- d) Órgão de lotação;
- e) Se aposentado, cargo ou função/atividade e órgão em que se deu a aposentadoria;
- f) Endereço completo;
- g) Telefone para contato;
- h) Síntese curricular.

3ª folha: Desenvolvimento da obra a partir desta página.

Título

Dados do autor e da obra
Título

Pseudônimo

Nome

Matrícula (SIAPE)

Órgão

Órgão de aposentadoria,
se for o caso

Endereço

Telefone

Síntese curricular

Desenvolvimento
do texto



Acesse a íntegra do regulamento do Concurso de Contos
no link: <http://migre.me/igyJD>



"Não adianta **burocratizar e desmotivar o servidor**", diz Mendonça

Secretário se compromete a buscar alternativas mais inteligentes de controle de frequência

Implementação unilateral do registro eletrônico de ponto na Controladoria-Geral da União (CGU) em pauta. Atendendo pedido de intervenção do Sindicato, Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MP) se compromete a buscar alternativas. O estudo será realizado em parceria com a Secretaria de Gestão Pública do Planejamento (Segep/MP) e tem como objetivo compatibilizar a proposta do órgão com a legislação vigente e a natureza das atividades da carreira de Finanças e Controle. A promessa foi registrada no dia 23 de janeiro, em reu-

nião conjunta entre a SRT/MP, a Segep/MP, a CGU e o Unacon Sindical.

Rudinei Marques, Márcia Uchôa e Filipe Leão, presidente, vice-presidente e diretor do Sindicato, respectivamente, cobraram a participação da entidade na discussão da normatização do sistema.

Para o Sindicato, é um erro o projeto estar funcionando – ainda que em caráter experimental – sem um normativo. De acordo com Marques, as dúvidas da carreira estão intimamente relacionadas ao funcionamento, legalidade e efetividade do projeto.

"Sem termos em mãos um normativo, ou projeto escrito é impossível

promover o debate com a categoria”, afirma Marques. De acordo com o dirigente, foi a inconformidade com a exclusão do Sindicato na discussão do projeto que motivou a mobilização nacional realizada no dia 12 de dezembro de 2013. O assunto foi a matéria de capa da edição IX do Informativo Finanças & Controle.

De acordo com Carla Baksy, titular da DGI, a CGU irá publicar apenas manual operacional. No entendimento do Secretário-Executivo, Carlos Higino, não há necessidade de normatizar o sistema. Segundo ele, o Decreto 1590/95 respalda o registro eletrônico de frequência.

No entanto, Mendonça entende que é preciso buscar alternativas. “Não adianta burocratizar e desmotivar o servidor. É preciso confrontar o projeto com as leis atuais e levar em consideração as peculiaridades da carreira”, afirmou o secretário da SRT/MP que, em seguida, recebeu a sugestão de criação do Grupo de Trabalho (GT) entre a Segep/MP e o Sindicato. O GT teria seis meses para formalizar proposta e submeter à aprovação da carreira.

Quanto às inconsistências apontadas pela DEN em relação ao acúmulo de horas previsto pelo sistema, o representante da Segep/MP na reunião, Ethel Capuano, foi enfático. “Banco de horas é ilegal, pois não tem amparo na legislação vigente”, afirmou.

Marques criticou, ainda, os critérios para escolha do limite mensal de crédito de horas que um servidor pode acumular. “Em trabalhos de campo, como o Programa de Sorteio ou Operações Especiais, os servidores chegam a cumprir uma jornada de 16 horas diárias. Mesmo se fosse legal, o limite de 30 horas mensais é insuficiente para a nossa realidade”, explica.

“A quantidade estrita de horas no órgão não determina a qualidade e a produtividade do servidor da carreira de finanças e controle, cujo labor é eminentemente intelectual. Uma gestão que foca no controle de frequência como fim, em detrimento da persecução de metas e melhoria nos resultados, mostra-se limitada gerencialmente. É um rebaixamento estratégico da classe e da CGU. Não podemos concordar com isso”, argumenta Leão. ●

Saiba como funciona o registro de ponto de outras carreiras do Poder Executivo.

POLÍCIA FEDERAL

O controle de frequência dos Delegados da Polícia Federal (PF) é feito em folha de ponto. O direito foi conquistado em setembro de 2010, por meio de ação judicial, a cargo do escritório Torreão Braz. O Juiz que deferiu a sentença considera o sistema de ponto eletrônico incompatível com a carreira de delegado da PF, e indica que o controle de produtividade seja fundamentado na qualidade do serviço prestado. A carga horária é 8 horas com uma de intervalo ou 7 horas corridas.



AGU

Advogados da União, Procuradores Federais e Procuradores da Fazenda Nacional utilizam a chamada folha de registro de atividades, onde especificam as atividades exercidas durante a jornada de trabalho, para registro da frequência.



RECEITA FEDERAL

Na Receita Federal, o controle de ponto dos servidores é feito por meio da folha de ponto, sem previsão para informatização do sistema. Portaria MF 13/2012 instituiu experiência-piloto de *Home Office*.



TCU

Os servidores trabalham 7 horas corridas. O controle de ponto é feito com o auxílio de cartões magnéticos e o sistema *Home Office* pode ser utilizado.



BANCO CENTRAL

O Banco Central está implementando sistema de controle de ponto informatizado. Em breve o controle – que ainda é feito por meio de folha de ponto – poderá ser substituído pelo uso de catracas.



PLANEJAMENTO

Por se tratar de uma carreira descentralizada, o controle de frequência dos Especialistas em políticas públicas e gestão governamental é feito de acordo com o órgão de lotação do servidor. Não há submissão ao controle eletrônico.





DEN cobra reposição de pessoal, processo de remoção e Home Office

Secretário ratifica preocupação da CGU com a recomposição da força de trabalho do órgão e demonstra boa vontade em estudar implementação de piloto de home office

Sinalização positiva para a reposição de pessoal da Controladoria-Geral da União (CGU). Em reunião realizada no dia 28 de fevereiro, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) cobrou medidas emergenciais para suprir a carência de Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC) no órgão. Carlos Higino, secretário-executivo do órgão, reconhece a legitimidade da reivindicação. Rudinei Marques, Daniel Lara e Roberto Kodama representaram o Sindicato no encontro.

A solicitação, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da convocação de todos os excedentes no último concurso para AFC/CGU/2012 foi o primeiro item abordado. "Temos todo o interesse em promover a reposição do quadro de pessoal do órgão. Reconhecemos a legitimidade da preocupação do Sindicato e vamos trabalhar com firmeza na busca de so-

luções", afirma Higino. De acordo com Carla Baksys, titular da Diretoria de Gestão Interna (DGI/CGU), apenas no dia 27, foram expedidas 16 declarações para servidores que foram convocados recentemente para cursos de formação de outros concursos. "Precisamos repor essas vagas", observa.

O Sindicato também cobrou ações emergenciais para evitar a extinção do cargo de Técnico de Finanças e Controle. O Decreto 4.321/2002 prevê 2 mil vagas para TFC. Atualmente, apenas 439 estão em exercício em todo o país. "O quadro se agrava ainda mais se considerarmos que muitos Técnicos vêm sendo atraídos por outros concursos e, ainda, que boa parte deles preencherá requisitos para aposentadoria em curto prazo. Se nada for feito, urgentemente, ao final de 2016 teremos menos de 200 TFC's em atividade", informa Mar-

ques. A entidade entregou o ofício nº 21/2014, com o detalhamento da defasagem do cargo.

Além da reposição de pessoal, o Sindicato retomou a discussão sobre o controle de frequência. Em pauta, a sugestão de uma experiência-piloto de teletrabalho. "Não faz sentido que servidores da CGU percam de 2 a 3 horas diárias de deslocamento para chegarem na repartição e fazerem algo que poderiam estar fazendo em casa, como a elaboração de relatórios e a emissão de pareceres", diz Marques. Higino acolheu a proposta e deverá apresentá-la às instâncias superiores para avaliação. ●



Lei mais em:

<http://migre.me/ijDHg>



É prioridade liquidar o quanto antes o estoque de processos. Arquivar, conceder ou mesmo negar. Na pior das hipóteses, até abril todos terão uma resposta

Manoel Dias,
Ministro do Trabalho

Até abril todos os pedidos de registro sindical serão analisados

Informação é do ministro do Trabalho e foi passada às afiliadas ao Fonacate em reunião no dia 9 de janeiro. Marques representou o grupo na condição de secretário-geral do Fonacate

De acordo com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, até o mês de abril todos os pedidos de registro sindical serão analisados pelo órgão. Essa foi a garantia dada ao Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) em reunião realizada no dia 9 de janeiro. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, representou o grupo na condição de secretário-geral do Fórum. Regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e lei de greve do serviço público também entraram na pauta.

Dentre as afiliadas ao Fórum, pelo menos quatro entidades ainda não tiveram seus pedidos de registro sindical reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. O atraso na análise dos requerimentos preocupa os dirigentes. “Pior do que não saber se foi aprovado, é a demora”, reconhece o ministro.

“Desde que assumi o ministério (do Trabalho), a grande maioria de pessoas que recebo é para tratar de registro sindical. É prioridade liquidar o quanto antes o estoque de processos. Arquivar, conceder ou mesmo negar. Na pior das hipóteses, até abril todos terão uma resposta”, assegura.

A impossibilidade de integrar Federações também está entre as limitações impostas às entidades que não têm registro sindical. A questão foi apontada em reunião realizada pelo Fonacate, também no ministério do Trabalho, no dia 30 de outubro de 2013. Recorde no link: <http://migre.me/hVpC2>

CONVENÇÃO 151 OIT E LEI DE NO SERVIÇO PÚBLICO

Marques aproveitou o encontro para reforçar o pedido da regulamentação da Convenção 151 da OIT e, consequentemente, do direito de greve no serviço público.

“Não podemos admitir que o direito de greve dos servidores públicos continue sendo tratado no judiciário, como ocorreu na Campanha Salarial de 2012. Esse governo, que veio da base sindical, deve resolver essa questão no âmbito político, encaminhando um projeto de lei decente ao Congresso Nacional. Na prática, os que estão em tramitação até agora inviabilizam o exercício desse direito”, argumenta Marques.

Em nome do Fórum, Marques também solicitou que o ministro Manoel Dias entregasse à presidente Dilma Rousseff convite para a Conferência com os presidentes que será realizado pelo Fonacate ainda no primeiro semestre do ano. ●



Marques defende democratização do acesso ao serviço público, na Câmara

Dirigente trata da relação entre democracia, igualdade social e regras equitativas de acesso aos cargos públicos na CTASP, na condição de secretário-geral do Fonacate

O concurso ainda é a forma mais democrática de acesso aos cargos públicos.

Uma conquista da sociedade da qual nós não admitimos retrocesso", defende Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical. A declaração, dada em nome do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), foi registrada durante a Audiência Pública que debateu a Lei Geral dos Concursos Públicos. O evento foi realizado no dia 20 de fevereiro, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados. Marques compôs a mesa de debate na condição de secretário-geral do Fórum. Filipe Leão e Roberto Kodama, diretores do Sindicato, também acompanharam a reunião. O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do PLS 74/2010, presidiu a sessão.

"A regulamentação tende a reduzir a judicialização dos conflitos nessa área", observa Marques, ao citar o caso do concurso para a carreira de gestor público. O certame foi suspenso no

judiciário e a decisão, posteriormente, ratificada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com a redação do PLS 74/2010, "é vedada a realização de concurso público com oferta simbólica de vagas, ou que se destine exclusivamente à formação de cadastro reserva". Para Marques, esta medida representa inegável avanço. "Além disso, os editais deverão definir, de maneira clara e objetiva, a quantidade de vagas disponíveis", diz.

CARÊNCIA DE PESSOAL

"A União está economizando em detrimento das condições de vida da população", afirma Marques, em crítica à dificuldade do Governo em dimensionar a força de trabalho necessária para suprir as demandas da sociedade. A título de exemplo, falou sobre as limitações da Controladoria-Geral da União (CGU). "Não temos mão de obra para implementar, fiscalizar o cumprimento e aplicar as sanções previstas.

Na CGU, mais da metade do quadro de pessoal está vazio, sem falar na falta de investimentos no órgão", revela.

Em nome da Comissão de Aprovados no último concurso para Analista de Finanças e Controle (AFC/CGU/2012), Leão intercede pela convocação dos excedentes. "Contamos com a sensibilidade de Rollemberg e demais parlamentares para que possamos fortalecer a CGU, convocando todos os aprovados no concurso de 2012. Gostaríamos, igualmente, que o Planejamento (ministério), fosse convidado a debater o assunto aqui nesta Casa", disse. O deputado Paes Landim (PTB-PI), relator do PLS 74/2010 na Câmara, registrou a recomendação de Leão e recebeu o folder do grupo sobre o quadro de pessoal da CGU. ●



Leia a íntegra da matéria no link:
<http://migre.me/hZxD1>



UCE define o **cronograma de mobilização**

Atividades serão promovidas ao longo do mês de março. Perdas inflacionárias e questões estruturais das carreiras compõem a pauta

Representantes das entidades que integram a União das Carreiras de Estado (UCE) se reuniram para definir as diretrizes da Campanha Salarial de 2014. Os encontros foram realizados na sede do Unacon Sindical, em Brasília, nos

dias 12, 19 e 26 de fevereiro. Na última reunião foi definida a pauta conjunta e o cronograma inicial de mobilização. A pauta que será apresentada ao Governo é composta por 9 itens de interesse comum.

Rudinei Marques, Filipe Leão e Julio Possas, presidente e diretores do Sindicato, respectivamente, participaram dos debates que deram origem à pauta e ao cronograma. Marques lembra que o apoio da base é fundamental. "Contamos com a adesão maciça da categoria à mobilização, isso será decisivo para o sucesso das negociações", afirma. ●

PAUTA

1. Recuperação das perdas inflacionárias de 26,5%;
2. Regulamentação da Convenção 151/OIT, com definição de data base, negociação coletiva, direito de greve e liberação de dirigentes;
3. Reajuste de benefícios (diárias, adicional de deslocamento, auxílio-alimentação, auxílio-creche, indenização de transporte e assistência à saúde);
4. Aprovação da PEC 555/2006. O projeto tramita na Câmara desde 2006 e propõe acabar com a cobrança de contribuição à previdência para servidores aposentados. O Governo tem impedido que a proposta vá a plenário;
5. Redução dos cargos de livre indicação;
6. Recomposição de quadros nas respectivas carreiras;
7. Instalação das mesas seccionais e setoriais de negociação permanente, com o objetivo facilitar o diálogo para solução de conflitos nas relações de trabalho;
8. Aprovação da PEC 170/2012. O projeto visa garantir proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez;
9. Questões específicas de cada carreira.

CGU convoca 52 aprovados no último concurso

Candidatos iniciaram o curso de formação no dia 12 de fevereiro. A DEN reafirma o compromisso de buscar a convocação de todos os aprovados

A Controladoria-Geral da União (CGU) convocou mais 52 candidatos aprovados no Concurso de 2012 para o cargo de Analista de Finanças e Controle (AFC/CGU/2012). O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) autorizou a convocação de 40 candidatos. Outros 12 foram chamados por motivo de vacância e já iniciaram o curso de formação. A abertura do Curso foi realizada no dia 12 de fevereiro. Rudinei Marques e Filipe Leão, presidente e diretor do Sindicato, respectivamente, acompanharam a solenidade e realizaram, no mesmo dia, reunião com os representantes da Comissão de Aprovados.

A reunião foi realizada na sede do Unacon Sindical, em Brasília. No encontro, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) reafirmou o compromisso de lutar pela convocação de todos os aprovados, tendo em vista a necessidade do órgão, que está com o quadro de servidores defasado.

Os aprovados no Curso de Formação serão lotados na sede da CGU e na Região Norte. A nomeação está prevista para o dia 7 de abril.

MANDADO DE SEGURANÇA

Três aprovados acionaram a justiça, porque a CGU não observou a proporcionalidade por áreas de atuação, e garantiram participação no curso. ●

Imposto de Renda

Saiba como informar o recebimento de precatórios

Precatórios ou Requisições de Pequeno Valor (RPV) devem ser lançados como valores tributáveis na Declaração de Ajuste Anual

Os valores recebidos por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor (RPV) devem ser declarados no imposto de renda. O escritório Torreão Braz Advogados lembra que o número de meses e o período a que se refere o passivo devem ser. Para servidores que tiverem saído da carreira entre "janeiro de 1995/ fevereiro de 2000" (ação dos 3,17%) e "janeiro de 1993/ junho de 1998" (ação dos 28,86%), a informação do número de meses será proporcional à permanência no posto. A declaração de honorários pagos ao escritório Torreão Braz Advogados é desnecessária. Mais informações com Francisca (2107-5018). Código de área 61.

Veja, ao lado, o passo-a-passo para a inclusão dessas informações.

%	Período	Duração total
3,17%	Janeiro/1995 a Fevereiro/2000	62 meses
28,86%	Janeiro/1993 a Junho/1998	66 meses

1. Clicar a ficha de "Rendimentos Recebidos Acumuladamente" (RRA);
2. Fazer opção de tributação por "Exclusiva na Fonte";
3. Inserir como fonte pagadora a instituição bancária que efetuou o pagamento (Banco do Brasil ou Caixa Federal);
4. Inserir CNPJ da fonte pagadora (Banco do Brasil = CNPJ 00.000.000/0001-91; Caixa Federal = CNPJ 00.360.305/0001-04);
5. Informar como "Rendimentos Recebidos" o total do precatório ou RPV;
6. Informar como "Contr. Prev. Oficial" o valor discriminado no respectivo recibo;
7. Informar "zero" como "Pensão Alimentícia";
8. Informar como "Imposto Retido na Fonte" o valor discriminado no respectivo Recibo;
9. Informar a data do recebimento;
10. Informar o número de meses (no caso de GCG = 18; no caso de 3,17% = 62).



DEN dá início à preparação dos **trabalhos de 2014**

Todos os diretores compareceram à primeira reunião do ano. Concurso de Contos e as eleições majoritárias e proporcionais entraram na pauta

A primeira reunião da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical foi realizada no dia 9 de janeiro. As comemorações alusivas aos 25 anos do Sindicato e as eleições majoritárias e proporcionais entraram na pauta.

A proposta de Campanha Salarial do Fórum das Entidades Federais também foi discutida. "Os índices de inflação já superaram os percentuais de reajuste concedidos na negociação de 2012", comentou o presidente Rudinei Marques que considera o momento oportuno, inclusive por ser um ano eleitoral.

Sobre as eleições majoritárias e proporcionais, a DEN concluiu que é importante identificar candidatos que defendam a valorização do servidor e se identifiquem com a missão ins-

titucional do Controle Interno e do Tesouro Nacional.

Outro tema importante para o período é o cronograma de eventos e promoções do Unacon Sindical. Em destaque o Concurso de Contos, que teve as inscrições prorrogadas até o dia 30 de abril. O Diretor de Assuntos Jurídicos, Roberto Kodama demonstra entusiasmo com a promoção. "É uma iniciativa singular, que valoriza as experiências de trabalho dos servidores da carreira", disse.

A reunião, que marcou o início dos trabalhos da diretoria, terminou em clima de retrospectiva. A mobilização nacional promovida no dia 12 de dezembro contra a falta transparência na CGU foi lembrada e avaliada positivamente pelos diretores. O assunto foi a capa da edição IX do Informativo Finanças e Controle. ●



Plenário rejeita pedido de Mantega; PLC 99/2013 volta para as comissões

Senadores teriam que retirar as emendas do Senador Randolfe para atender pedido do ministro, de adiar a votação. Plenário rejeitou a sugestão e o projeto voltou para as comissões

Em reunião com os líderes de partido no dia 5 de fevereiro, Guido Mantega, ministro da Fazenda, declarou que o momento é de turbulência na economia e pediu que a votação do PLC 99/2013 – então, em pauta na Ordem do Dia – fosse adiada. Para atender o Ministro, os senadores teriam que retirar as emendas do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Como a maioria do plenário recusou

a retirada das emendas, o projeto voltou para análise das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. Filipe Leão, diretor de finanças do Unacon Sindical e integrantes da Auditoria Cidadã da Dívida aguardaram o término deste encontro em frente ao gabinete de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal.

O PLC 99/2013 dispõe sobre os critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios. Entre as alterações que constam nas emendas, o senador Randolfe Rodrigues propõe o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como o indexador oficial desses passivos, ao invés da taxa Selic ou IPCA + juros, como reza o texto original.

“O movimento está apoiando o

senador Randolfe, por entender que a manutenção da taxa Selic para corrigir as dívidas de estados e municípios é insuficiente para o enfrentamento do problema fiscal nos demais entes federados”, explica Leão.

“Na década de 90, quando houve o programa de reestruturação das dívidas estaduais, os juros cobrados entre as partes revelava um contexto econômico bem específico, com inflação e risco nas alturas. Contudo, há 20 anos o país vem organizando suas finanças públicas e a conjuntura requer uma readequação dos contratos”, contextualiza Leão que também é e vice-presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC).

No dia 14 de fevereiro, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo, em Plenário, pelo cumprimento do acordo firmado entre todos os senadores para análise do projeto. ●



Atualização diária

Desde o dia 18 de dezembro, a equipe de comunicação social do Unacon Sindical retomou a publicação diária do clipping de notícias no site do Sindicato. Por enquanto o serviço está sendo atualizado manualmente. A entidade já estuda a contratação de empresa especializada. Além de matérias relacionadas à atividade sindical, o clipping reúne notícias de interesse dos servidores públicos veiculadas nos principais sites de notícias do país.

Para visualizar o clipping, basta clicar na aba superior "comunicação" e depois em "clipping". O conteúdo é restrito. ●

RSS

Agora o site do Unacon Sindical também conta com RSS. O formato permite que os filiados acompanhem as notícias do Sindicato em plataformas conhecidas como leitores de RSS. E o melhor: em tempo real. Conheça os três programas mais utilizados, de acordo com o site Gizmodo. Todos são gratuitos e não necessitam de instalação. ●



Feedly - <https://feedly.com/>
Digg Reader - <http://digg.com/>
AOL Reader - <http://reader.aol.com/>

Funcionalismo

O Unacon Sindical participou da primeira manifestação conjunta dos servidores públicos federais de 2014. O ato foi realizado no dia 05 de fevereiro, em frente ao Bloco "K" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília. A luta por uma Campanha Salarial permanente e a regulamentação da negociação coletiva e das diretrizes de plano de carreira estão entre as principais bandeiras de luta. O encontro foi promovido pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais. Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato representou a Diretoria Executiva Nacional (DEN) no ato. "Os números do orçamento federal provam que o Governo prioriza, de forma equivocada, recursos para dívida pública, concessão de empréstimos ao BNDES e renúncias fiscais, em detrimento da folha e aposentadoria dos servidores", critica o dirigente. A preparação para o ato foi tratada na primeira reunião do ano do Ciclo de Gestão e Núcleo Financeiro, realizada no dia 21 de janeiro. ●



Plantão Unacon

Desde o mês de agosto a Diretoria Executiva Nacional (DEN) recebe filiados depois do expediente na sede do Sindicato, em Brasília, DF. O plantão tem como objetivo facilitar o acesso aos dirigentes. O atendimento é realizado todas às terças, quartas e quintas-feiras das 18h às 20h. Mais informações no telefone 2107-5000. Código de área 61. ●

Exemplo

CPF: 123.456.789-10 DATA DE NASCIMENTO: 01/01/1001
 123 01/01
 SENHA: 1230101

Mudança

Desde o dia 23 de janeiro, o acesso ao conteúdo restrito do site do Sindicato é feito pelo CPF do filiado. Antes, o login era feito pelo número do SIAPE. A senha padrão do primeiro acesso permanece: os três primeiros dígitos do CPF mais o dia (os dois dígitos) e mês do aniversário (também os dois dígitos). Com a mudança, o filiado também pode alterar, recuperar ou solicitar uma nova senha. Abaixo do campo para login, também aparece um link "primeiro acesso?". Ao clicar, o internauta é redirecionado para uma tela autoexplicativa. ●

Calendário divulgado

O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulgou o calendário, previsto pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para pagamento dos precatórios da União Federal, suas autarquias e fundações na proposta orçamentária de 2014. Os precatórios alimentares estão previstos para o mês de novembro. Beneficiários poderão se informar sobre a data de liberação do saque por meio de consulta processual, após o dia 5 de novembro. Filiados ao Unacon Sindical que tiverem valores a receber serão comunicados por carta. O CJF esclarece que cabe aos tribunais regionais federais, segundo cronogramas próprios, fazer o depósito desses valores nas contas dos beneficiários, em datas posteriores às das liberações. ●

PRORROGADO
Entrega até 31 de abril

Concurso Nacional de *Contos*

Você, tem uma experiência no trabalho que rendeu, além de aprendizado, boas histórias? Então compartilhe com a gente! As melhores histórias serão editadas em livro além de concorrerem a diversos prêmios.

Premiação

- | | |
|-----------------|--|
| 1º Lugar | R\$ 5.000,00 |
| 2º Lugar | R\$ 3.000,00 |
| 3º Lugar | R\$ 1.000,00 + 1 E-Reader |
| 4º Lugar | R\$ 500,00 + 1 vale-presente da livraria Cultura, no valor de R\$ 250,00 |
| 5º Lugar | 1 vale-presente da livraria Cultura, no valor de R\$ 250,00 |

**Entrega dos trabalhos
até 30 de abril de 2014**

Informações: (61) 2107-5034 - Falar com Cristina
Confira também o regulamento no site do Sindicato
www.unacon.org.br